



EMEC - EMPRESA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA, E.M.

AJUSTE DIRETO 07/2016

Aquisição de Serviços de Assistência Técnica Informática

Caderno de Encargos

CLÁUSULAS JURÍDICAS

CLÁUSULA 1ª

OBJECTO

O presente convite constitui o regulamento por que se rege o procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a Aquisição de Serviços de Assistência Técnica Informática, a ser executado nas instalações da EMEC - Empresa Municipal de Educação e Cultura, E.M..

CLÁUSULA 2ª

CONTRATO

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e seus anexos.
2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
 - a. Os suprimientos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b. Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
 - c. O presente caderno de encargos;
 - d. A proposta adjudicada;
 - e. Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário, nos termos do disposto no artigo 101.º, desse mesmo diploma legal.

CLÁUSULA 3ª

PRAZO

A Aquisição de Serviços de Assistência Técnica Informática, a ser executado nas instalações da EMEC - Empresa Municipal de Educação e Cultura, E.M., objeto do contrato, iniciará no dia 1 de dezembro de 2016 e terminará em 30 de novembro de 2018, em conformidade com os respetivos

termos e condições e o disposto na lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do mesmo.

CLÁUSULA 4ª

OBRIGAÇÕES DA EMEC

1. OBRIGAÇÕES GERAIS

Constitui obrigação da EMEC a comunicação de todas as anomalias informáticas registadas e observadas na EMEC.

2. PREÇO CONTRATUAL

1. Pela prestação dos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a EMEC deve pagar o preço constante da proposta adjudicada, não devendo exceder o valor base de **13.000,00€ (treze mil euros)**, acrescido do IVA à taxa legal em vigor.

O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

3. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 3.1. As quantias devidas pela EMEC, nos termos do ponto anterior, devem ser pagas no prazo limite de 60 dias a contar da data da apresentação da fatura;
- 3.2. As faturas têm obrigatoriamente que discriminar o nº horas de assistência prestadas mensalmente bem como o Nº de Compromisso a atribuir posteriormente.
- 3.3. Em caso de discordância por parte da EMEC, quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar ao adjudicatário, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o adjudicatário obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
- 3.4. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.º 1, as faturas serão pagas através de cheque ou transferência bancária.



4. PLANO DE PAGAMENTO

O preço a que se refere o nº 2 é efetuado e dividido de acordo com os seguintes termos: em 24 meses e faturado mensalmente pelo nº de horas de assistência efetivamente prestados e após conferência pelos serviços de Recursos Humanos e Aprovisionamento.

CLÁUSULA 5ª

OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS FORNECEDOR

1. OBRIGAÇÕES GERAIS

- 1.1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no caderno de encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o fornecedor as seguintes obrigações principais:
 - a. Obrigação de cumprir com tudo o estipulado nas cláusulas técnicas.
- 1.2. A título acessório, o prestador de serviços ficará ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação de serviços, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a cargo.

CLÁUSULA 6ª

FORÇA MAIOR

1. Não podem ser impostas penalidades ao fornecedor, nem é tida como incumprimento, a não realização pontual de obrigações contratuais a cargo de qualquer das partes, que resulte de caso de força maior. Entendem-se como tal, circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:
 - a) Circunstâncias que não constituam força maior para os fornecedores do adjudicatário, na parte em que intervenham;
 - b) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória, ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo fornecedor de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - c) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do fornecedor, cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua, ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - d) Avarias nos sistemas de produção do fornecedor, não devidas a sabotagem;
 - e) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas, pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

CLÁUSULA 7ª

RESOLUÇÃO

1. RESOLUÇÃO POR PARTE DA EMEC

- 1.1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, a EMEC pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o fornecedor violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem e do incumprimento sucessivo dos pressupostos da proposta colocada a concurso e consequente contrato;
- 1.2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao fornecedor.

2. RESOLUÇÃO POR PARTE DO ADJUDICATÁRIO

O adjudicatário pode resolver o contrato, com base nos fundamentos de resolução previstos na lei, por via judicial.

CLÁUSULA 8ª

DEVER DE SIGILO

- 1 - O adjudicatário deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à EMEC, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
- 2 - A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta exclusivamente à execução do contrato.
- 3 - Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respectiva obtenção pelo fornecedor ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

CLÁUSULA 9ª

CAUÇÃO E SEGUROS

1. VALOR DA CAUÇÃO

Não está sujeito a caução.

2. SEGUROS

É da responsabilidade do adjudicatário cobertura, através de contratos de seguro, de todos os riscos inerentes à execução do contrato.

Serão da exclusiva responsabilidade do adjudicatário todas as obrigações relativas ao pessoal utilizado na prestação de serviços, assim como o cumprimento de toda a legislação aplicável, nomeadamente aquela relativa à celebração de seguros de acidentes de trabalho, bem como a legislação relativa à celebração de seguros de responsabilidade civil.

A entidade adjudicante poderá, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos de seguro referidas no número anterior, devendo o prestador de serviços fornecê-la no prazo de 5 dias úteis.

CLÁUSULA 10ª

RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do tribunal administrativo de círculo de Braga, com expressa renúncia a qualquer outro.

DISPOSIÇÕES FINAIS

CLÁUSULA 11ª

SUBCONTRATAÇÃO

A subcontratação no decurso da execução do contrato carece de autorização da EMEC.

Nos casos de subcontratação, o prestador do serviço permanece integralmente responsável perante a EMEC pelo exato e pontual cumprimento de todas as obrigações contratuais, não implicando a transferência de responsabilidade para qualquer dos subcontratados.

CLÁUSULA 12ª

COMUNICAÇÕES E NOTIFICAÇÕES

Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras, quanto às notificações e comunicações entre as partes, estas devem ser feitas nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, salvaguardando que qualquer alteração das informações de contacto deve ser comunicada à outra parte.

CLÁUSULA 13ª

LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O contrato é regulado pela legislação portuguesa.

CLÁUSULAS TÉCNICAS

CLÁUSULA 1ª

INTRODUÇÃO

Refere-se o presente documento às condições e características a que deve obedecer aquisição de serviços de Assistência Técnica Informática.

CLÁUSULA 2ª

PREÇO CONTRATUAL ESTIMADO

Pela prestação dos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos/Especificações Técnicas, a Empresa Municipal de Educação e Cultura de Barcelos deve pagar ao prestador de serviços o valor dos passes efetivamente disponibilizados tendo servido de cálculo para o preço contratual todos os alunos que requereram passe de acordo com os respetivos percursos individuais.

CLÁUSULA 3ª

CARACTERIZAÇÃO GENÉRICA DO SERVIÇO

O serviço em causa implica 16 horas de assistência informática, dividida em 4 períodos de 4 horas a prestar semanalmente, nos dias e horas a combinar posteriormente.

CLÁUSULA 4ª

CARACTERIZAÇÃO ESPECÍFICA DO SERVIÇO

1. O concorrente obriga-se a prestar todos os serviços de assistência técnica de software e hardware, que se tornem necessários ao bom funcionamento de todo o parque informático da EMEC/ETG;
2. Entende-se como assistência técnica o serviço realizado da seguinte forma:
 - Reparações de anomalias e instalação/atualização ao nível do software;
 - Reparações de anomalias ao nível do hardware, excetuando o pagamento dos componentes substituídos pela Escola;
 - Ações de manutenção destinadas a prevenir anomalias e proteção de dados;
 - Gestão/configuração do Servidor;
 - Gestão de contas de emails e site da EMEC.
3. A referida assistência técnica será prestada por um técnico qualificado, nas referidas instalações, com a periodicidade de 4 vezes por mês, ou sempre que tal se torne urgente, em resultado de qualquer anomalia que impeça o normal funcionamento de algum serviço ou setor da escola.
4. O serviço terá a duração de 16 horas mensais, distribuídas como referido atrás, 4 vezes por mês, em dia e hora a combinar entre ambas as partes.
5. Poderá existir alteração a esta calendarização, sempre que se torne conveniente a qualquer das partes e de comum acordo.
6. Caso se verifique que as horas são insuficientes para o serviço contratado, a escola propõe-se pagar o excedente, ao valor do preço unitário hora apresentado na proposta, depois de esgotado o crédito anual.
7. Sempre que a complexidade da assistência o exija, por decisão do técnico assistente, a assistência poderá ser prestada nas instalações do concorrente, devendo este assegurar o transporte dos equipamentos e responsabilizar-se pelos mesmos.
8. Ficam excluídos do contrato, o pagamento de peças e componentes necessários à reparação de qualquer equipamento ou instalações elétricas ou de cablagem. Sempre que tal seja necessário, pretende-se que o concorrente apresente um orçamento para análise e decisão da escola.
9. Pretende-se um serviço de qualidade com garantia do trabalho prestado, de acordo com os objetivos

definidos, com atualização de conhecimentos, técnicas de execução e metodologias adequadas, que vão de encontro às necessidades da escola, de forma a prevenir todas as eventualidades e garantir a máxima segurança dos equipamentos e dos dados.

10. Prestar os serviços à EMEC, conforme as características técnicas e requisitos mínimos constantes do Caderno de Encargos e suas especificações.

11. O concorrente deverá procurar soluções informáticas para as solicitações do adjudicatário e deverá fazê-lo procurando a máxima eficácia e eficiência, promovendo esforços no sentido da desmaterialização e simplificação dos processos.

12. Pretende-se que o concorrente se envolva na dinâmica da instituição, assumindo um papel cooperante dando sugestões de melhorias a nível informático e de software, promovendo a manutenção preventiva do sistema informático desta instituição.

Abade de Neiva, 14 de outubro de 2016.

EMPRESA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E
CULTURA DE BARCELOS
ESCOLA DE TECNOLOGIA E GESTÃO DE
BARCELOS

Rua da Feiteira, nº10 4750-001 Abade de Neiva
NIF: 504 635 417